



2568 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

PRÁTICAS DEMOCRATIZANTES E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: TRAJETÓRIAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXIAS DO SUL (1983-1996)

Mônica de Souza Chissini - UCS - Universidade de Caxias do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar parte dos resultados obtidos a partir de pesquisa voltada para culturas na perspectiva da gestão democrática no contexto da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul/RS, entre 1983 e 1996, com enfoque aos desdobramentos relacionados à profissionalização docente. Para tanto, o estudo alicerça-se nos referenciais da História Cultural e nas metodologias da análise documental e da história oral. Desse modo, evidenciam-se significados compartilhados, necessidades levantadas e consensos estabelecidos em culturas de viés democrático que envolveram ações por parte do magistério municipal de forma a fortalecer-se como categoria e reivindicar a criação de documentos legais e implementação de práticas que assegurassem melhorias e aperfeiçoamento do trabalho docente nesse contexto. As considerações finais do estudo apontam para a consolidação de políticas e práticas de profissionalização docente, ruptura da ingerência estadual e fortalecimento da categoria do magistério municipal de Caxias do Sul/RS.

Palavras-chave: Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Profissionalização docente. Plano de carreira docente.

PRÁTICAS DEMOCRATIZANTES E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: TRAJETÓRIAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXIAS DO SUL/RS (1983-1996)

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar parte dos resultados obtidos a partir de pesquisa voltada para culturas na perspectiva da gestão democrática no contexto da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul/RS, entre 1983 e 1996, com enfoque aos desdobramentos relacionados à profissionalização docente. Para tanto, o estudo alicerça-se nos referenciais da História Cultural e nas metodologias da análise documental e da história oral. Desse modo, evidenciam-se significados compartilhados, necessidades levantadas e consensos estabelecidos em culturas de viés democrático que envolveram ações por parte do magistério municipal de forma a fortalecer-se como categoria e reivindicar a criação de documentos legais e implementação de práticas que assegurassem melhorias e aperfeiçoamento do trabalho docente nesse contexto. As considerações finais do estudo apontam para a consolidação de políticas e práticas de profissionalização docente, ruptura da ingerência estadual e fortalecimento da categoria do magistério municipal de Caxias do Sul/RS.

Palavras-chave: Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Profissionalização docente. Plano de carreira docente.

O presente trabalho visa apresentar parte de resultados obtidos em pesquisa acerca da democratização da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul, especialmente entre os anos de 1983 e 1996, buscando dar enfoque à profissionalização docente no referido recorte temporal e espacial. O estudo ancora-se nos referenciais da História Cultural e se desdobra a partir dos procedimentos metodológicos da análise documental, com base em diferentes acervos além de empiria da história oral.

Alicerçado na perspectiva de que nenhuma história é totalizante, esse estudo apresenta uma história, a qual foi construída pela conjunção de sujeitos, narrativas e documentos que implicam e são implicados. Logo, atenta-se que a história apresentada neste estudo constitui uma versão, a qual resulta das redes estabelecidas entre subjetividade e objetividade na pesquisa, nos caminhos investigativos percorridos, nas escolhas e exclusões e na provisoriedade necessária das (in)certezas, que fomenta a continuidade da investigação, diante de novas perguntas e achados, muitas vezes imprevisíveis. Nesse sentido, destaca-se que a pesquisa antes assinalada apresenta categorias construídas *a posteriori*, decorrentes de análise e articulações possíveis a partir do que emergiu na construção dos dados empíricos.

Ainda no que tange às escolhas da pesquisa, ressalta-se que o *corpus* empírico advém de: a) análise de documentos de acervos pessoais, incluindo revistas publicadas por docentes acerca de reivindicações da categoria, bem como livros de atas, publicações de livros de discentes da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul/RS além de b) documentos de acervo no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMISA), dentre os quais estão Relatórios de Atividades da Secretária Municipal de Educação e Cultura (SMEC), como era nomeada a mantenedora do ensino em Caxias do Sul no período investigado, c) documentos do Banco de Memória e d) documentos de narrativas de memória oral, constituídas na pesquisa de dissertação, após contato inicial com entrevistados, apresentação de proposta de pesquisa, formalização de encontros para entrevista, acesso à leitura da transcrição do momento pelo entrevistado e moderação quanto às informações autorizadas para uso na pesquisa. Assim, destaca-se que as narrativas tiveram uso de dados e referência autorizadas em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte dos entrevistados, o que é pertinente referir uma vez que esse trabalho analisa parte da empiria oral sinalizada.

No que tange à história oral, cabe ainda ressaltar que essa está imbricada no trabalho com a memória. Assim, reconhece-se que as memórias apresentam dimensões individuais e coletivas. São individuais, em face de que a história oral “não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores” (PORTELLI, 2016, p.12) e, portanto, dependem de como, a partir do presente, cada narrador consegue representar o passado. Outrossim, a memória é permeada por uma dimensão coletiva, quando pondera-se que:

[...] as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar - contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele - constituem manifestação mais clara de uma “memória coletiva”. (ROUSSO, 2006, p.95).

Desse modo, assume-se a concepção da memória como representação do passado, significada pelo presente, no âmbito particular e coletivo, nas quais evidenciam-se dissonâncias e recorrências nos processos de análise do *corpus* empírico. Nesse sentido, esse trabalho trata da profissionalização docente à luz de textos legais, registros oficiais e de narrativas de memórias orais que trazem significados para aquilo que foi, levando em conta os movimentos estabelecidos por docentes municipais da Rede de Ensino de Caxias do Sul que tinham por objetivo reivindicar direitos e estabelecer garantias para sua categoria.

Ao tratar de movimentos estabelecidos pela categoria docente, propõe-se o uso da perspectiva da História Cultural, voltando-se para práticas, ou ainda, para as ações de um determinado grupo. Logo, é pertinente o conceito de cultura para o adensamento deste trabalho, em vista de que ele apresenta parte de resultados de pesquisa, na qual construíram-se categorias nomeadas *culturas de gestão democrática* partindo do viés de cultura imbricada nos modos de ser e fazer em um determinado contexto que, se for escolar, então, supõe-se tal como um:

“conjunto de aspectos institucionalizados” — incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia

cotidiana del hacer escolar —, objetos materiales — función, uso, distribución em el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68).

A partir do referido conjunto de aspectos de Vinão-Frago para a cultura, destacam-se as práticas, as quais operam dentro de redes de significados compartilhados por um determinado grupo, em local e circunstância específicos. Portanto, este trabalho envolve análise de ações ou práticas, enquanto articuladoras de desdobramentos democráticos e da profissionalização docente, atreladas em contexto específico e imbuídas de significação, uma vez que “todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 01). Logo, a partir do viés de cultura(s), dá-se enfoque à uma das categorias de culturas de gestão democráticas, traduzidas essas como prescrições e práticas que mobilizaram a profissionalização docente. Ademais, delimita-se o recorte da pesquisa ao contexto educacional do município de Caxias do Sul, entre 1983 e 1996, período que demarca o início e fim de um ciclo composto por duas gestões da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), as quais estão imbricadas em processos de reconfiguração da categoria do magistério municipal.

Contextualizando a Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul

Verifica-se que nos anos 80 do século XX Caxias do Sul, município do Rio Grande do Sul, se destacava pelo crescimento econômico, principalmente pelo impulso do polo metalomecânico. Haja vista o êxodo rural que despontara nos anos 70, havia forte exigência de atendimento à crescente demanda urbana, o que veio a impactar diferentes instâncias como saúde, transporte e educação. No que tange à educação, o Município de Caxias do Sul era desafiado com a reivindicação de ampliação de oferta de vagas escolares, principalmente nas zonas urbanas. Enquanto algumas escolas de zonas rurais eram fechadas devido ao baixo número de estudantes, projetos de construção de novas escolas eram executados em áreas em processo de urbanização a fim de garantir maior oferta.

O estudo de Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p.184) evidencia esforços da Rede Municipal de Ensino para ampliação de vagas escolares em zonas urbanas, além da transição enfrentada devido ao esvaziamento de parte das escolas rurais no município. A ampliação de oferta escolar em área urbana, embora iniciada na década de 70 do século XX, é expressiva nos anos 90. Em *Relatório de atividades da SMEC (1989-1992)*, verifica-se em Quadro Resumo de Reformas, o atendimento com melhorias em 54 escolas, a construção de 17 escolas, as quais totalizam, no período compreendido no relatório, 82 novas salas de aula, além de ampliações em 34 escolas e da construção de 22 ginásios esportivos.

Em registros do setor de Orientação Pedagógica (SMEC,1989-1992), identifica-se que em 1989, a Rede Municipal de Ensino (RME) era constituída por 42 escolas e 12.500 alunos. Em 1992, a RME atendia 155 escolas e mais de 20.000 alunos, evidenciando o significativo processo de ampliação da rede. No que se refere ao número de docentes, em Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p.184) verifica-se que em 1980, a rede dispunha de 606 docentes e em 1991, esse número se ampliava para 1.517. Nesse sentido, objetivava-se articular elementos políticos próprios da trajetória desse grupo profissional crescente entre os anos 80 e 90 do século XX, visto que suas práticas visavam democratizar o acesso e a permanência escolar dos discentes no contexto de Caxias do Sul/RS, mas também buscavam assegurar direitos e garantir boas condições de trabalho ao magistério.

Ampliação do espaço democrático e participação política da docência municipal

Para que a profissionalização docente no contexto da RME de Caxias do Sul/RS possa ser evidenciada, aponta-se que entre 1983 e 1988, a administração do município era conduzida por Victório Trez, o qual convidara Marta Gobatto, professora da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, para atuar como Secretária Municipal de Educação e Cultura. Nesse período, a SMEC contemplava as pastas da educação, cultura, esporte e lazer. Análises das atividades da SMEC na gestão de Marta Gobatto permitem verificar que essa foi marcada pela efervescência de discussão democrática, a qual mobilizou processos de organização da RME e de aproximação entre mantenedora e docentes, com abertura de espaço para debate de questões e entraves do âmbito educacional na cidade.

Desse período, destaca-se a realização de *Encontros Pedagógicos*, os quais objetivavam reunir docentes, gestores, colegiados e intelectuais do município para discutir os desafios da rede. Considera-se pertinente destacar que esses encontros eram registrados e posteriormente publicados em formato de revista, constituindo produção docente com enfoque aos temas discutidos em cada encontro, os quais passaram a ser formalizados como *Simpósios Municipais de Educação*.

A realização de simpósios municipais voltados para educação no formato de discussão de pauta, levantamento de perguntas e encaminhamento de propostas a partir do encontro de diferentes segmentos implicados na área inaugurou-se em 1983, período inicial do recorte deste estudo. Os registros dos Simpósios, produzidos e publicados no formato das referidas revistas, circulavam nas escolas, entre os docentes da rede. Na edição da revista do *I Simpósio Municipal de Educação*, de 1983, o documento evidencia a necessidade de aproximar escola e comunidade escolar, além de trazer a discussão democrática, requerendo maior participação e inserção da comunidade nas instituições escolares bem como a defesa de criação de lei que viesse a garantir um processo democrático de escolha de diretor. No ano seguinte, em 1984, é publicada a Lei municipal nº 2.888, de 26 de junho de 1984, que dispunha sobre as eleições para diretor e vice-diretor, a serem eleitos pelo voto de toda a comunidade escolar, atendendo à demanda presente no ano anterior.

Destaca-se que embora entre 1983 e 1984 o regime civil militar ainda estivesse em vigor no contexto nacional, as discussões educacionais de Caxias do Sul apresentavam preocupação com a democratização e incentivavam ações com vistas a garantir esse processo, sendo esse amplamente debatido. Na revista resultante do *II Simpósio Municipal de Educação* (1984) identificam-se muitas articulações com o viés freireano da educação, vista como libertadora e capaz de realizar transformação social. Não por acaso, Paulo Freire esteve presente no evento a convite da SMEC, tendo o Seminário obtido grande adesão por parte da comunidade. Há registros que apontam para presença de amplo público na palestra de Freire no evento, o qual ocorreu em Caxias do Sul/RS entre 30 de maio e 1º de junho de 1984. O conteúdo da revista do evento evidencia discussão sobre os desafios da educação à época, a finalidade da escola e os embates políticos que persistiam em vista do desejo de democratização e transformação social.

É pertinente destacar que identifica-se também registro de pergunta feita por professora municipal a Paulo Freire que evidencia tensões entre a categoria estadual e a categoria municipal docente, haja vista o questionamento quanto a ausência das professoras estaduais no evento e da falta de incentivo das mantenedoras estaduais da Educação aos seus professores para que ocupassem espaços para discussão educacional do município.

A esse respeito, cabe ressaltar um importante achado da pesquisa: tensões entre magistério estadual e municipal podem ser evidenciadas nas narrativas de memória oral de sujeitos implicados no contexto da RME de Caxias do Sul, entre os anos de 80 e 90 do século XX. A antiga Assessora Pedagógica da SMEC e professora da RME de Caxias do Sul, Jaqueline Marques Bernardi, uma das entrevistadas do estudo, explica, em sua narrativa, acerca dessa tensão:

[...] nós tínhamos uma rixa muito grande com o Estado. Professor do Estado normalmente não gostava de trabalhar no município, a não ser se fosse pra trabalhar na Secretaria de Educação como indicação política. Eram eles que gerenciavam, nós éramos as professorinhas (BERNARDI, 2017).

Há convergência nas narrativas de grande parte dos entrevistados da pesquisa acerca de forte ingerência de representantes estaduais na RME de Caxias do Sul, o que só viria a sofrer ruptura em 1989, quando assume o Prefeito Mansueto Castro Serafini Filho e esse convida o professor Odir Miguel Ferronato para assumir a SMEC. Embora Ferronato fosse professor e funcionário estadual, o gestor da SMEC, de forma inédita para o período, possibilitou que a ingerência da Rede fosse compartilhada com docentes municipais, haja vista que Ferronato selecionara quase que inteiramente docentes municipais para integrar a Assessoria Pedagógica e Administrativa da Secretaria, atendendo a uma reivindicação que se fortalecia na década de 80 do século XX em Caxias do Sul.

Essa reivindicação seria uma dentre as “29 reivindicações” referidas por muitos dos entrevistados da pesquisa, as quais, conforme indícios do *corpus* empírico, teriam sido elaboradas no *Seminário Municipal de Educação* de 1988 pelas docentes municipais e entregues ao então futuro Secretário Municipal de Educação. As narrativas evidenciam que Ferronato teria buscado atender a todas as reivindicações lançadas pela categoria docente municipal. Dentre elas, são referidas reivindicações de realização de ingerência da SMEC por docentes municipais e

fortalecimento da classe, com fomento ao aperfeiçoamento docente e de melhor organização do trabalho docente.

Portanto, em 1989, emergem as referidas reivindicações da categoria docente, as quais vieram sendo gestadas anteriormente. Há indícios que evidenciam a preocupação com a profissionalização docente em 1983, tanto pelas questões tratadas em parte da primeira edição do *Seminário Municipal de Educação*, quanto em documentos tais como em Livro de Atas dos Representantes das Escolas Municipais, com data de abertura registrada em 18 de outubro de 1983, no qual constam 22 Atas. As primeiras Atas tratam de projetos de lei para eleição para diretores, o que antecipa a formalização da Lei municipal nº 2.888, de 1984, anteriormente referida, a qual assegura o processo democrático eleitoral para provimento do cargo de diretor e vice-diretor na RME de Caxias do Sul.

Em 1984 as pautas começam a se concentrar na formalização de um projeto de lei a ser apresentado na Câmara de Vereadores da cidade, com foco no Plano de Carreira Docente Municipal. Nesse período, a SMEC estava sob gestão da Secretária Marta Gobbato. A partir das análises do estudo, identifica-se que a gestão da SMEC por Gobbato (1983-1988) viabilizou ampliação de espaços para debate sobre educação e levantamento de necessidades de gestores, docentes e discentes, aproximando a comunidade escolar. Foi no mesmo período, portanto, que seria formalizado o ingresso no magistério municipal por meio de concurso público e atenta-se também para o fato de que, ao longo do mesmo período, professoras representantes da categoria docente municipal reuniam-se regularmente a fim de articular proposta para o Plano de Carreira docente municipal.

Entre 1983 e 1986, as Atas registram as interlocuções do professorado e as redes estabelecidas com colegiados, tais como a Associação de Servidores Municipais (ASM). Identificam-se outros colegiados articulados com os representantes docentes, tais como o Centro de Integração de Círculo de Pais e Mestres (CICPMS) e a União de Estudantes Secundaristas, os quais são mencionados dentro de proposições nas Atas, e cujo apoio era referido como garantidor de fortalecimento para influenciar na deliberação quanto ao destino de verbas municipais para educação.

Entre 1985 e 1986, o foco dos Representantes residia no estudo para o Plano de Carreira, o qual se intensificava. A proposta do ante-projeto foi lançada na Câmara de Vereadores do município de Caxias do Sul em 1986. Porém, nem todos os itens propostos receberam aprovação do executivo e Atas registram a discussão das contrapropostas dos vereadores a fim de obter consenso. Ressalta-se que a escolha dos representantes reunidos foi de manter os itens elaborados no ante-projeto, os quais incluíam aspectos como incentivo para a formação docente, plano de carreira com possibilidade de aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho e na formalização do acesso do professor na rede de ensino. No caso da formação docente, lançou-se inclusive a proposta de *Licença para Qualificação Profissional*, a qual consistia “no afastamento do professor ou do especialista de educação de suas funções, sem prejuízo de seus vencimentos, assegurando sua efetividade, para todos os efeitos da carreira” (Ata nº 9, 1983-1986). Desse modo, propunha-se que fosse concedido ao professor a liberação para frequentar cursos de aperfeiçoamento ou de qualificação profissional, além da participação em eventos tais como congressos, fossem esses nacionais ou internacionais, voltados para educação. Na mesma Ata, nº 9, esboçam-se as propostas de vencimentos para o Magistério Municipal, com divisão em Graus. Em outro Livro de Ata (1986), registrou-se a lista de professores municipais de Caxias do Sul que estiveram presentes em Assembleia Geral, em 28 de junho do ano assinalado, no qual foi apresentado para aprovação o Projeto para Estatuto, ou ainda, Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, tendo 578 docentes comparecido ao evento, evidenciando que a questão era de interesse da categoria.

Pensando o Plano de Carreira do magistério municipal e a profissionalização docente

Os movimentos assinalados anteriormente evidenciam ampliação do espaço democrático da categoria docente, além de articulação com colegiados. Não obstante, as questões centrais destacadas pelos professores nos documentos escritos analisados se articulam à questão da profissionalização docente.

Beatriz Bigolin, atuou como professora da RME e representante do Magistério Municipal no período. Acrescenta-se que a narrativa de Bigolin (2017), resultante de entrevista realizada, apresenta também memórias relativas ao período em que atuou na Assessoria Pedagógica e Administrativa da SMEC, de 1989 até 1996, a qual teve início após convite de Odir Miguel Ferronato (Gestão 1989-1994), Secretário que promoveu a ruptura com a ingerência estadual, subsequente à gestão de Marta Gobbato na SMEC (1983-1988). Na narrativa a seguir, ela evidencia memória do engajamento da categoria, o qual persistiu no processo de definição do projeto:

[...] na discussão do Plano de Carreira, uma das coisas, que teve proposta de vereadores de implantar as 40 horas. Nós não, nós não absorvemos a ideia. A gente diz: “Nós não queremos isso. Nós queremos professores de 20 e 20, porque a gente não quer inchar a rede”. Então isso foi uma decisão de categoria [...] Então, assim, não tinha aquela questão assim de ter privilégios. O professor queria ser valorizado (BIGOLIN, 2017).

Bigolin (2017) destacou em sua narrativa a relevância dada às deliberações da categoria, a qual fica evidente nos registros de Livros de Atas dos representantes, pelos indícios de práticas democráticas, pautadas na escolha de representantes, utilização de voto e decisão pelo consenso entre os presentes. As mobilizações da categoria docente visando melhoria em seu trabalho são consideradas por Vicentini e Lugli (2009) como “aspecto nuclear da estruturação do seu espaço profissional” (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 95).

No contexto docente do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 6672, publicada em 1974, constituía o Estatuto do Magistério Estadual. O documento legal trazia referências à questão da profissionalização e busca por aperfeiçoamento docente. Apesar disso, no *corpus* empírico não houve estabelecimento de relação entre a referida Lei e o Projeto elaborado para o Magistério Municipal entre 1983 e 1986 em Caxias do Sul. De qualquer modo, ressalva-se que alguns professores dividiam suas atividades entre a docência municipal e estadual e, apesar das tensões destacadas em face de diferentes perspectivas entre Magistério Municipal e Estadual, deve-se considerar que houve troca de conhecimentos e utilização de práticas entre as redes e seus sujeitos.

Considerado um importante marco legal para o Magistério Municipal de Caxias do Sul, o Plano de Carreira da categoria foi publicado em 1987, pela Lei municipal nº 3141. A lei assegurava, dentre diversos itens, avanço salarial, além de contemplar a demanda por aperfeiçoamento docente, tratada e referendada nos encontros dos Representantes dos Professores Municipais entre 1983 e 1986. Em 1991, essa Lei viria a ser diluída de forma a integrar, sob regime único, o Estatuto do Servidores Públicos do Município de Caxias do Sul promulgado pela Lei complementar nº 3673.

De qualquer modo, o princípio de fomento ao aperfeiçoamento docente é mantido e o Município de Caxias do Sul, após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, passa a contemplar em seus textos legais as diretrizes democráticas lançadas pelo documento nacional. Em 1990, foi também publicada a Lei Orgânica Municipal, a qual preconizava princípios democráticos para a Educação e, neste processo de municipalização, é promulgada em 1992 a Lei nº 3930, que cria o Conselho Municipal de Educação em Caxias do Sul, o que vinha a assegurar abertura de mais um espaço de participação no controle, fiscalização e deliberação por parte de representantes de segmentos articulados com a Educação.

No âmbito nacional, a década de 90 do século XX é atravessada pela consolidação de textos legais que asseguram os direitos das crianças e dos adolescentes, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devendo-se também ressaltar a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394, a LDB, que oferece diretrizes para a Educação brasileira e sobre as quais, destacam-se nesse trabalho aquelas atinentes à valorização do trabalho docente, com busca pela garantia de aperfeiçoamento ao professor.

Portanto, assinala-se que pautas discutidas nos anos 80 do século XX pelos docentes municipais de Caxias do Sul acerca da profissionalização docente evidenciadas neste trabalho estão contempladas em textos legais de abrangência municipal, estadual e posteriormente também no âmbito nacional, conforme verificado nos Artigos 67 e 87 da LDB (BRASIL, 1996), acerca do trabalho e aperfeiçoamento docente.

No contexto da RME de Caxias do Sul, a reivindicação por aperfeiçoamento docente é atendida principalmente a partir da gestão de Ferronato (1989-1994) na SMEC, período no qual variadas fontes escritas e orais atentam para uma gestão comprometida com a oferta de qualificação docente, a partir de necessidades identificadas em visitas às escolas ou com uso de questionários além da discussão promovida em eventos de educação subsidiados pela SMEC.

Estudiosos da educação como Danilo Gandin e Celso Vasconcelos, foram alguns dos profissionais convidados a participar de processos de capacitação a longo prazo na rede, com enfoque ao planejamento participativo. Outros pesquisadores da área da alfabetização também atuaram em cursos de formação para gestores e docentes na RME entre 1989 e 1996, período em que a equipe gestora definida por Odir Ferronato permaneceu atuante na SMEC, mesmo após a saída definitiva do Secretário em 1994, sendo o ano de 1996 o final do recorte deste

estudo, devido a saída da equipe definida por Ferronato para o trabalho de assessoria na Secretaria.

Relatórios de atividade da SMEC (1989-1992) registram ampla oferta de cursos de aperfeiçoamento aos docentes, com foco em temáticas tais como alfabetização, gestão escolar, planejamento, dentre outros. As atividades envolveram mais de 1000 visitas às escolas, encontros entre gestores e assessores, cursos para a comunidade escolar, reuniões, palestras, bem como 43 encontros em grupos de estudo, tanto para professores como para interessados da comunidade escolar. Ademais, verificam-se diversos fatores que vieram a contribuir para com a organização da carreira do professor: a) implementação por parte da mantenedora de quadro de professores por escola, b) mecanismos que visaram garantir a carreira do professor, desde o seu ingresso, na condição de "professor volante" como na continuidade de sua trajetória na rede, c) oferta de capacitação interna e d) liberação para estudos, quando o docente buscava qualificação em instituições de ensino superior, além de efetivo ganho salarial.

No conjunto das práticas e prescrições efetivadas mencionadas é possível identificar culturas de gestão democrática voltadas para a profissionalização docente, categoria a qual integra a dissertação atrelada a este trabalho.

Acerca da profissionalização docente, Xavier (2014) aponta para a importância de investigar os "processos por meio dos quais são construídos consensos e representações sociais, modos de agir e interagir entre os professores, modos estes que marcam uma identidade e uma cultura comuns, de acordo com as experiências vividas nos contextos de trabalho e/ou de participação colegiada" (XAVIER, 2014, p. 840).

Da mesma forma, a profissionalização docente evidenciada nas configurações da categoria do Magistério Municipal de Caxias do Sul advém de necessidades observadas, reivindicações, movimentações e consensos estabelecidos de modo a contribuir com a sustentação legal de condições para o trabalho dos professores.

Considerações finais

Este trabalho objetivou apresentar parte dos resultados obtidos em pesquisa de dissertação acerca da democratização no contexto da Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul/RS, entre os anos de 1983 e 1996. O presente estudo enfocou as ações do magistério municipal com vistas a fomentar a profissionalização de sua categoria. Além da mobilização dos Representantes dos professores municipais, percebeu-se busca pelo atendimento das reivindicações lançadas pelos docentes por parte da mantenedora (SMEC), em vista de ações identificadas que priorizaram a qualificação docente, seja pela oferta de cursos ou grupos de estudo, pelo enfoque dado ao planejamento participativo, pela abertura de espaços para troca de ideias e escuta de necessidades, pelo debate sobre o encaminhamento das políticas para a educação no município ou pela tradução na prática do legalmente prescrito.

Assim, considera-se pertinente assinalar que, dentre as conclusões do estudo, verifica-se que os esforços e implementações de prescrições e práticas para a organização da carreira e do trabalho docente no contexto da Rede Municipal de Caxias do Sul vieram a contribuir para o fortalecimento da categoria, com ruptura da ingerência estadual, embora ressalte-se também que esse processo reverberou no apagamento de representações secundarizadas do docente municipal, com afirmação de suas identidades.

Referências

BERNARDI, Jaqueline Marques. Entrevista concedida à pesquisadora. Caxias do Sul, RS: 2017. Entrevista.15p.

BIGOLIN, Beatriz Maria. Entrevista concedida à pesquisadora. Caxias do Sul, RS: 2017. Entrevista. 41p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de setembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1971.

_____. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Distrito Federal, 1990.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAXIAS DO SUL (RS). SMEC. Relatório final de Ações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultural. 1989-1992. AHMJA.

_____. Lei nº 3.930, de 11 de dezembro de 1992. Cria o conselho municipal de educação e cultura do município de Caxias do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/1992/393/3930/lei-ordinaria-n-3930-1992-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-e-cultura-do-municipio-de-caxias-do-sul-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, de 04 de abril de 1990. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/AcessoRapido/LOM_atual_E44.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Lei complementar nº 3673, de 24 de junho de 1991. Estabelece o Estatuto que institui e regula o regime jurídico único dos servidores públicos do município de Caxias do Sul e dá outras providências.

_____. Lei nº 3141, de 29 de junho de 1987. Institui o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Caxias do Sul, define o quadro de pessoal e dá outras providências.

_____. Lei nº 2.888, de 26 de junho de 1984. Dispõe sobre a eleição para diretor e vice-diretor nas escolas municipais.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul**. Caxias do Sul, RS: EST, 1998.

LIVRO DE ATAS. Reuniões das representantes das escolas municipais. 1983-1986. Acervo pessoal Beatriz Maria Bigolin

LIVRO DE ATAS. 1986. Acervo pessoal Beatriz Maria Bigolin.

Revista **Simpósio Municipal de Educação**. SMEC. Caxias do Sul, 1983.

Revista **II Simpósio Municipal de Educação**: Educação e Liberdade. Caxias do Sul: SMEC, 1984.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) **Usos & abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.43-65.

VIÑAO FRAGO, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. [S.1], n. 0, p.63-82, set-dez. 1995.

XAVIER, Libânea Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2014, vol.19, n.59, pp.827-849. ISSN 1413-2478.